



RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 29 DE MAIO DE 2015

O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro terminou a 17 de Maio de 2014, data que marcou igualmente o fim do período de intervenção da Troika.

Passado um ano, não apenas nos confrontamos com a continuidade das políticas do actual Governo, com a austeridade “troikista” a marcar ainda e sempre o dia-a-dia dos portugueses, como continuamos a assistir a recomendações das instituições internacionais que, não reconhecendo, de facto, os erros cometidos no passado, continuam a insistir na mesma receita.

A UGT deve registar negativamente que o FMI, no seu relatório sobre Portugal, conhecido no corrente mês de Maio de 2015, continua a apostar nos cortes dos rendimentos dos funcionários públicos e dos pensionistas, no aprofundamento da flexibilização do mercado de trabalho e na desvalorização da negociação colectiva, deixando clara a sua pretensão no sentido de os rendimentos do trabalho continuarem a ser a principal variável de ajustamento.

Findo o PAEF, tais posições não podem deixar de ser vistas como uma pressão e uma ingerência, a que falta a legitimidade do passado, numa clara tentativa de continuar a influenciar o livre exercício governativo, quer no presente, quer no futuro.

O que se pretende é manter inalterada uma política que tem como principais marcas na sociedade portuguesa: o desemprego, o empobrecimento e o agravamento das desigualdades e onde, em prol de uma endeusada competitividade, se sacrifica aquela que deve ser a finalidade de qualquer Governo: a criação de bem-estar para os seus cidadãos.

Num período onde faltam poucos meses para eleições legislativas, e em que se começam a desenhar as propostas eleitorais dos diferentes partidos políticos, a UGT insiste na necessidade de uma mudança de políticas, que apostem verdadeiramente no investimento, no crescimento, na dinamização do mercado interno, na criação de emprego de qualidade e no combate ao desemprego, como prioridades governativas.

Esta mudança deve ser concretizada, desde já, em compromissos sérios e credíveis que garantam que o próximo Governo, qualquer que ele seja, assumirá em pleno uma governação que faça, nomeadamente, regredir muitas das medidas injustas e penalizadoras que foram implementadas nos últimos quatro anos.

Um compromisso fulcral que, na nossa óptica, deverá ser assumido, é o do reforço do diálogo com os parceiros sociais, não sendo aceitável que se continue a perpetuar o ciclo dos últimos anos, em que, a todos os níveis e mesmo em sede de concertação social, estes foram reduzidos a meros actores consultivos, ou até afastados dos processos, com o Governo a assumir medidas de forma unilateral, inclusive em áreas centrais para trabalhadores e empregadores, como é o caso da Segurança Social.

E esse é um diálogo que não pode resumir-se, na próxima legislatura, às matérias entendidas como caindo tradicionalmente na esfera dos parceiros sociais (emprego, segurança social, legislação laboral), devendo, pelo contrário, ser estendido cada vez mais à abordagem e assunção de compromissos em todos os desafios estruturais e estruturantes para o futuro do País.

A centralidade dos parceiros sociais - cuja responsabilidade, empenho e sentido estratégico foram centrais na fase inicial da crise - é uma mais-valia que não deve ser diluída e secundarizada (como muitos parecem pretender, a nível nacional e internacional), mas antes valorizada e assumida como um elemento fundamental para a coesão económica e social do País.

No actual momento que vivemos, onde a matéria da Segurança Social, sobretudo no que se refere às pensões, tem sido objecto de sucessivas declarações políticas, oriundas de vários quadrantes, a UGT reafirma que não devem continuar a ser tomadas medidas avulsas, unilaterais e imediatistas, sobre matérias estruturantes do sistema previdencial, pelo que manterá a defesa intransigente de que, quaisquer reformas que se afigurem necessárias para garantir a sua sustentabilidade económica e social, devem ser precedidas de uma discussão séria e profunda envolvendo os parceiros sociais. A Segurança Social é dos trabalhadores e os Governos não devem dela apropriar-se. Quaisquer reformas deverão assim ser baseadas num forte consenso político e social, interpartidário e com os parceiros sociais, não devendo, nomeadamente, como no passado, passar ao lado da concertação social.

A UGT salienta ainda que continua a considerar que, processos de tomada de decisão apressados, pouco transparentes e, sobretudo, assumidos de forma unilateral, pouco

participada e sem um amplo consenso político e social (tais como as privatizações ou as concessões de transportes públicos urbanos), em matérias em que o interesse nacional e o posicionamento estratégico de Portugal se encontram em causa, não se nos afiguram aconselháveis. A UGT reafirma que devem ser evitados os erros cometidos no passado, sobretudo num período de final de legislatura.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido a 29 de Maio de 2015, no quadro do processo eleitoral em curso, reafirma o que consta do seu Guião para a Legislatura, exigindo que:

- Os partidos políticos assumam, durante o processo eleitoral em curso, um compromisso sério e credível de eliminação da política de austeridade, imposta sempre sobre os mesmos (trabalhadores, reformados e pensionistas), e de aposta no crescimento e no emprego e no combate ao desemprego, como vias para garantir a sustentabilidade e a justiça social no nosso País, potenciadoras do combate às desigualdades e promotoras de maior coesão social;
- Aqueles que foram os principais sacrificados pelas políticas impostas pela Troika e pelo Governo nos últimos anos - os trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado - devem ver reposta, com urgência, a situação de normalidade no que concerne aos seus rendimentos, carreiras e desenvolvimento da negociação colectiva, essenciais para a vida dos trabalhadores e para um efectivo funcionamento dos serviços públicos;
- A concertação social seja assumida como uma prioridade, enquanto espaço que, mais do que nunca, deve ser de construção de consensos e compromissos, com parceiros verdadeiramente representativos, envolvidos de forma responsável nas opções estruturantes para o País.

O Secretariado Nacional, atendendo à especificidade e urgência das discussões actualmente mediatizadas junto da opinião pública, exige ainda:

- Que qualquer alteração ao regime de protecção social em vigor seja discutida num clima de serenidade, o qual certamente não se verifica no actual quadro pré-eleitoral, mas que garanta um consenso social e político alargado e a assunção de compromissos

claros, responsáveis, estruturantes e geradores de confiança para os trabalhadores no futuro da Segurança Social.

A UGT rejeita soluções imediatistas, avulsas e alarmistas para afrontar pretensas insustentabilidades, ou desajustamentos da Segurança Social, como sejam cortes de pensões, ou reduções de contribuições, seja por parte de empregadores, ou de trabalhadores.

A UGT manifesta, desde já, a sua total disponibilidade para um verdadeiro debate, profundo e credível, sobre o sistema de Segurança Social, em todos os seus aspectos, desde a sua sustentabilidade - financeira e social - até ao modelo de gestão, debate esse realizado em sede de concertação social, à semelhança da última reforma conseguida em 2008.

- Que seja reponderado o actual processo de privatização da TAP. O Governo deve encetar um processo prévio, que garanta um amplo consenso social e político em torno da sua vontade de privatizar a transportadora aérea nacional. Mas, a verificar-se a privatização, devem ser respeitadas as seguintes condições:
 - A defesa dos postos de trabalho e o respeito pelas condições de trabalho existentes na TAP, nomeadamente as resultantes da negociação colectiva nos seus vários acordos em vigor;
 - A manutenção da natureza de companhia de bandeira – com interesse estratégico para Portugal e para a sua relação com os países lusófonos e os portugueses espalhados pelo Mundo;
 - A manutenção do *hub* em Portugal.

- Uma reavaliação dos processos e modelos de concessão da exploração comercial das empresas de transportes urbanos de Lisboa e Porto, considerando que, também nesta área, decisões apressadas e que não reúnam um significativo consenso social e político, não são a via adequada para garantir quer a qualidade, a eficácia e segurança do serviço público, quer o respeito pelos direitos dos trabalhadores;

- Uma solução rápida e justa para os trabalhadores da Parvalorem que, pelas decisões que lhes foram impostas pelo Governo no caso BPN, colocando-os numa empresa “a termo”, estão agora a ser alvo de um injusto processo de despedimento colectivo.

A UGT defende, conforme posição já assumida junto do Ministério das Finanças, que a solução passará pela integração destes trabalhadores em instituição financeira estatal (a recentemente criada Instituição Financeira de Desenvolvimento, vulgo Banco de Fomento), respeitando plenamente a sua situação, enquanto trabalhadores bancários, no pleno gozo e defesa da sua contratação colectiva sectorial.

SETÚBAL, 29-05-2015

O SECRETARIADO NACIONAL

APROVADO POR UNANIMIDADE